

ENTRE-LUGARES SOCIOCULTURAIS: A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO EMPODERAMENTO DO CAPITAL SOCIAL

BETWEEN-PLACES SOCIOCULTURALS: AN UNIVERSITY
OUTREACH IN THE EMPOWERMENT OF SOCIAL CAPITAL

Valéria Fontoura
Nunes¹
Jovino Pizzi²

¹ Mestre em Educação
pela Universidade
Federal de Pelotas
(2014) e Técnica em
Assuntos Educacionais
da Universidade
Federal do Pampa. Email:
val_sm@ibest.com.br.

² Doutor em Ética e
Democracia pela
Universidad de Jaume I
(2002), e Professor do
PPGE/UFPel. Email:
jovino.piz@gmail.com.

Resumo

A universidade é um espaço de riqueza que sustenta a diversidade, a coexistência múltipla de concepções, teorias, metodologias e processos. Como representante da democracia, da pluralidade, da tolerância e da inclusão, pode desempenhar sua missão na contribuição em dimensões, tais como: ética, humana, social e econômica. Nessa perspectiva, a Extensão Universitária tornou-se um instrumento na inter-relação entre a Universidade com a Sociedade. A democratização do conhecimento acadêmico, bem como a produção desse conhecimento revela as trocas de valores e saberes com as comunidades. O presente artigo tem como foco discutir a Extensão Universitária como potencialidade ao desenvolvimento da categoria capital social. A categoria capital social nesse trabalho, em uma abordagem qualitativa, utiliza o referencial baseado na investigação de Robert D. Putnam. Desse modo, a categoria capital social parece indicar princípios à ação coletiva na integração sociocultural entre universidade e sociedade. O desafio é o compromisso mútuo para a interlocução entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento popular. O entre-lugares de tais saberes é desenvolver a participação social, a relação de confiança recíproca e prevalecer, sobretudo, o espírito público.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Capital Social. Universidade Federal do Pampa.

Abstract

The University offers diversity, multiple coexistence enriched conceptions of theories and process. On behalf of democracy, cultural plurality, tolerance and inclusion, the University might contribute in certain aspects, such as economical, social and human ethics. From this view, university outreach has become a tool that intermediates university and society relation. The democratization of the academic knowledge, as well as its production, reveals the value and knowledge exchange with the communities. This work aims at discussing the University outreach as being a powerful tool for triggering the social capital category development. In this work, as a qualitative approach, the social capital category is based on the Robert D. Putan's research. Therefore, the social capital category seems to indicate principles to the collective action in the sociocultural integration between the University and the Society. The major challenge is the mutual commitment on the dialogue between the academic and popular knowledge. The role of such knowledge is to develop the social participation, the reciprocal trust confident and prevail, mainly, the public spirit.

Keywords: Museology. Sociomuseology. Social Transformation.

Introdução

A Universidade se caracteriza como um espaço vinculado à diversidade. Daí, a riqueza do debate conquanto coexistam múltiplas de concepções, teorias, procedimentos metodológicos e processos de gestão capazes de harmonizar esse leque tão diverso e heterogêneo. A Universidade é, por assim dizer, um polo em torno do qual gravitam múltiplas atividades e, em decorrência, distintos interesses estão em jogo. Daí, então, a necessidade de equalização dessa suposta unidade não uniforme, cuja missão se relaciona com o estudo, a produção e a transmissão dos distintos saberes e/ou conhecimentos. Sem isso, ela perde grande parte de sua essência.

Como uma das inusitadas criações da Idade Média, não há razões para acreditar que todos os aspectos da educação se concentram na Universidade. Ao mesmo tempo, tal instituição vai se remodelando e se transformando continuamente. Isso é decorrente das mudanças que a própria sociedade vai sofrendo.

Nesse horizonte, a Universidade moderna foi arquitetando um modelo no qual o ensino, a pesquisa e a extensão conformam os três pilares de suas estratégias de ação. De suas características originais, a autonomia – ou as “liberdades e privilégios” – evidencia a capacidade de elaborar estatuto de sua disciplina interna e estabelecer regras de funcionamento, bem como de programas, cursos, avaliações, colações de graus etc. A linha mestra que configura a estrutura da Universidade hoje dispõe de três dimensões importantes: o ensino, a pesquisa e a extensão, assim como está desenhado na Constituição de 1988, artigo 207.

No aspecto teórico, a teoria dos *Stakeholders* oferece uma dinâmica interessante, conquanto sinaliza para os públicos internos e externos como dois lados da mesma moeda. Na verdade, o papel social da Universidade pressupõe que os seus “públicos” sejam potencializados, isto é, sua missão é o empoderamento dos interesses coletivos, seja no âmbito interno ou externo. Tal empoderamento é fruto da parceria entre a IES e a sociedade (local, regional e global).

Este artigo apresenta a Extensão Universitária como potencialidade de empoderamento, tanto da sociedade como da própria Universidade. No caso, a Extensão Universitária é reconhecida por sua integração das atividades acadêmico-científicas com os interesses da sociedade. Por isso, além do desenho proporcionado pelo modelo dos *Stakeholders*, a categoria capital social de Robert D. Putnam é um referencial importante. O autor fornece diretrizes ao compromisso institucional e à participação cidadã na interação da universidade com a comunidade local.

O artigo se configura da seguinte maneira: a conceituação da Extensão Universitária na integração sociocultural entre Universidade e Sociedade; em seguida, a menção da categoria capital social de Putnam como pressuposto para os indicadores de capital social presentes no PDI da UNIPAMPA capazes de referendar a interação sociocultural da IES frente às exigências de inserção sociais; por fim, as considerações finais sinalizam as contribuições e as deficiências da categoria capital social à extensão universitária.

Extensão Universitária: responsabilização mútua entre Universidade e Sociedade

A Constituição Federal brasileira de 1988, no Artigo 207, institui:

As Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecem ao princípio de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

Em primeiro lugar, essa demanda deixa claro que a Universidade não é uma espécie de ilha ou uma torre de marfim – para fazer alusão ao filme que trata da crise da educação nos Estados Unidos.³ Em segundo lugar, a consolidação da Extensão Universitária exigiu a criação de programas e ações que valorizassem o entre-lugares socioculturais da universidade com a sociedade. Em terceiro lugar, essa necessidade se enfrenta à diferenciação dos diferentes públicos, aspecto que a teoria dos *Stakeholders* pode contribuir.

Como é possível perceber, a Universidade se configura desde três frentes: ensino, pesquisa e extensão. O desenho não é novo, conquanto, no seu cerne, estão questões evidenciadas por diferentes autores. Max Weber, por exemplo, em 1904, trata da ciência enquanto objeto das instituições e dos acontecimentos culturais do ser humano (2003, p. 3). Para Weber, tanto os fenômenos empíricos como os sociais reportam-se à ciência e, por isso, apresentam uma *significação* cujo estudo “constitui a premissa para que algo se converta em *objeto* de análise” (Weber, 2003, p. 34). Weber, no fundo, deseja elucidar o “*sentido* do esforço do conhecimento na ordem social e econômica” (idem, p. 72). E isso evidencia o interesse de qualquer área do conhecimento e do reconhecimento do seu valor para a sociedade.

Outro autor que também trata das características da ciência é Imre Lakatos. Pouco estudado no Brasil, Lakatos separa, em suas considerações, a ciência da pseudociência. Para ele, alguns setores pensam a ciência como a nova religião, cujo *credo* alimenta “maníacos religiosos contemporâneos” (2010, p. 19). O ponto importante de sua contribuição está em separar a ciência de qualquer pretensão de fé religiosa, a ponto de negar a possibilidade de hierarquização entre as diferentes áreas do conhecimento e, em decorrência, das áreas de atuação que configuram a Universidade. Por isso, não há áreas mais importantes e muito menos setores com menor peso. Daí, então, a “responsabilidade social da ciência” aspecto que Lakatos frisa, em 1970, em seu debate com J. R. Ravetz (LAKATOS, 2007, p. 339).

Além da Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, destaca a Extensão Universitária como uma das finalidades da universidade.

O Artigo 43, dentre as finalidades da Educação Superior, estabelece:

VI. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e os regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.

VII. Promover a extensão, aberta à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Universidade.

Valendo-se dessas finalidades da Educação Superior, a Extensão Universitária promove uma interação entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento popular. Em outras palavras, trata-se de entender a distinção entre o mundo e as linguagens acadêmicas e o mundo e as linguagens da vida cotidiana. Assim, o entre-lugares dos saberes científicos reconhece os saberes das comunidades locais e regionais. Desse modo, a universidade não se torna isolada de seu contexto, pois a integração entre universidade e sociedade resulta na confiança recíproca que beneficia a melhor qualidade de vida.

Nesse caminhar, as primeiras manifestações, ocorridas no Brasil, das atividades de Extensão Universitária fazem referência a cursos e conferências realizadas Universidade de São Paulo, em 1911. Posteriormente, as prestações de serviço da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, na década de 1920 (FORPROEX, 2012). No final da década de 1950 e início de 1960, a reunião da União Nacional dos Estudantes (UNE) organizaram movimentos culturais e políticos que contribuíram ao forte compromisso institucional e à busca de uma atuação interprofissional, a qual possibilitou uma reflexão sobre a prática universitária em relação ao seu público externo.

O processo de reconhecimento das atividades de extensão ocorreu com a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), em 1987. Mais tarde, em 2012, o FORPROEX reafirma as atividades de extensão como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.

Com base nisso, a Extensão Universitária passa a ser entendida como uma via de mão-dupla, pois a comunidade acadêmica encontra na sociedade a possibilidade de aprimorar a práxis no âmbito acadêmico. *Pari Passu*, a universidade pode refletir teoricamente e manter sua sintonia com a sociedade (comunidade local, regional etc.). Essa configuração pode ser amparada no modelo dos *Stakeholders*. Apesar da ojeriza em relação à categoria – porque é utilizada pelo setor empresarial – a conceituação dos *Stakeholders* evidencia e demarca os diferentes públicos. E isso é interessante quando se concebe a Universidade como IES engajada e comprometida com o seu entorno social.

O reconhecimento de diferentes “públicos” não só permite entender a troca de saberes sistemáticos, mas também em utilizar referenciais teóricos pertinentes para repensar a própria Universidade e seu compromisso social. Isso é, sem dúvida, um elemento chave na democratização do conhecimento acadêmico e na participação social no intuito de melhorar a qualidade de vida de todos. Aliás, a qualidade de vida – seja no modelo do IDH ou outro referencial – contem aspectos inerente às diferentes áreas do conhecimento e, por isso, é sintomática a pretensão de hierarquização dos saberes e/ou conhecimentos.

Em 2001, nasce o Plano Nacional de Extensão. Em vista disso, a Extensão Universitária tornou-se um instrumento na inter-relação da Universidade e a Sociedade, na democratização do conhecimento acadêmico e na troca de saberes com a comunidade local e regional. E isso é fundamental na transformação da sociedade e da própria Universidade Pública (FORPROEX,

2012). Em outras palavras, não existe Universidade sem essa interação com os diferentes públicos (interno e externo). No caso, negar um deles – o externo, por exemplo – significa apequenar demais da própria Universidade, um comportamento mesquinho por parte de qualquer gestor.

O Plano Nacional de Extensão consolida, pois, essa via de mão dupla, conquanto o público interno é um dos sujeitos frente às comunidades locais e regionais. Por isso, a autonomia da universidade não se resume aos interesses internos de seus grupos, mas ao empoderamento dos públicos externos. E aí está o aprendizado do modelo dos Stakeholders. Embora utilizado pelas Corporações, ele contribui para que as IES públicas aprendam a lidar com seus diferentes públicos. Não se trata de transferir o background empresarial no sentido privatista, mas de aplicar um modelo que reforça o empoderamento dos diferentes públicos. A simples refutação da teoria empresarial, por sua origem, não passa de uma mesquinhez intelectual, ao tempo que representa uma idealização ideológica sem fundamento. Por isso, as propostas são orientadas por princípios democráticos, cujo respeito pelos diferentes públicos é, por essência, um elemento norteador das ações.

Extensão Universitária: a reciprocidade em relação às políticas sociais

Além do aspecto da mutualidade em relação aos compromissos e responsabilidades entre Universidade e a sociedade, a Extensão exige também uma reciprocidade temática. O Plano Nacional de Extensão Universitária de 2001 deixa isso muito claro. Trata-se, pois, da

possibilidade de dar unidade nacional aos programas temáticos que já se desenvolvem em diferentes universidades brasileiras; a garantia de recursos financeiros destinados à execução de políticas públicas correlatas, viabilizando a continuidade dos referidos programas; o reconhecimento, pelo poder público, de que a extensão universitária não se coloca apenas como uma atividade acadêmica, mas como uma concepção de universidade cidadã; a viabilidade de interferir na solução dos grandes problemas sociais existentes no país (PNEU, 2001, p. 8).

Com base nessas diretrizes, a Universidade assume seu papel de instituição social e define a Extensão Universitária como um processo acadêmico em duas vias: com seu olhar interno e com sua projeção externa. O compromisso social é, então, um fator essencial para a Universidade. Assim, ela assegura a formação do aluno, a qualificação docente e, ao mesmo tempo, o intercâmbio com a sociedade. A prática da Extensão Universitária amplia a noção de cidadania na área da responsabilidade social, assumindo, no seu plano estratégico, elementos ligados à responsabilidade social, ao desenvolvimento técnico-científico, social, cultural e territorial. O objetivo está em implementar o processo de democratização do conhecimento acadêmico, estabelecer mecanismos de integração entre os saberes acadêmico e popular, de forma que a produção do conhecimento se efetive no confronto com a realidade, com permanente interação entre teoria e prática (NOGUEIRA, 2005, p. 51).

Como é possível perceber, a Extensão Universitária amplia o significado de formação

cívica, de responsabilidade social e de compromisso ético. Na verdade, ela se transformou em um instrumento de mudança da universidade e de busca de uma sociedade mais equitativa, em vistas à justiça social, na consolidação da democracia, no enfrentamento de desafios e na busca de novas oportunidades.

Deste modo, esse processo consolida a Extensão Universitária enquanto prática acadêmica e na interação dialógica entre universidade e sociedade. O planejamento de ações e projetos conjuntos apresentam, pois, relevância e abrangência social. O avanço nessa direção está regulamentado pelo Plano Nacional de Educação no decênio 2001-2010, cuja Lei nº 10.172 é de 2001. O PNE estabeleceu como meta a implantação do Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Educação Superior no quadriênio 2001-2004. Além do mais, ele também assegurou que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos sejam reservados para a atuação dos alunos em ações de extensão. Nessa perspectiva, o Plano Nacional de Educação para 2014-2024 mantém esse no mínimo de 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária. A orientação para as ações está voltada, prioritariamente, para as áreas maior abrangência social.

Nesse sentido, é possível perceber que a Extensão Universitária reflete o compromisso institucional da universidade para com a sociedade. Desse modo, as políticas elaboradas pelas universidades tem a cidadania como referencial em seus projetos. No seu planejamento e execução, a Extensão Universitária requer o diálogo com a sociedade e, desse modo, imbrica a cooperação em vistas a alternativas saudáveis aos problemas sociais. Por meio de pesquisas básicas e aplicadas, a Extensão pode contribuir nas soluções e intervir na realidade concreta. De acordo com o Plano Nacional de Extensão Universitária,

Ao reafirmar o compromisso social da universidade como forma de inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social, a extensão se coloca como prática acadêmica que objetiva interligar a universidade, em suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da sociedade (2001, p. 5).

Por essas razões, a inserção social da universidade é articulada no trabalho realizado na universidade com os setores da sociedade. Por um lado, a pesquisa assume a produção de conhecimento na interface universidade/comunidade, priorizando metodologias participativas e favorecendo o diálogo entre os pesquisadores e os demais públicos. Por outro, o ensino aprofunda-se em novos conceitos de tempo e espaço. O ensino compreende todos os espaços, dentro e fora da universidade, em um processo histórico-social com múltiplas determinações. Enfim, cabe ressaltar que a universidade não deve assumir responsabilidades do Estado. No entanto, ela estuda e cria saberes científicos e tecnológicos, como também artísticos e filosóficos que devem ser compartilhados com a comunidade. A natureza da universidade se afirma quando os setores da sociedade usufruem dos resultados produzidos pela atividade acadêmica. Sem isso, não existe empoderamento.

Extensão Universitária: seus princípios e o empoderamento dos “públicos”

O Plano Nacional de Extensão Universitária de 2001 define como princípios básicos da política da Extensão Universitária o seguinte:

a ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do país; a universidade não pode se imaginar proprietária de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade, a instituição deve estar sensível a seus problemas e apelos, quer através dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem de suas atividades próprias de ensino, pesquisa e extensão; a universidade deve participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes no Brasil; a ação cidadã das universidades não pode prescindir da efetiva difusão dos saberes nelas produzidos, de tal forma que as populações cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas pesquisas (PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2001, p. 7).

Com base nesses princípios, o fortalecimento da Extensão Universitária está relacionado com a compreensão do que fazer acadêmico e vinculado com o ensino e a pesquisa. Nessa perspectiva, as ações de Extensão Universitária são articuladas com as áreas das ciências, das artes e da tecnologia e alicerçadas nas demandas locais, regionais e do país (entre outras). A integração entre o saber científico e o saber popular, isto é, com o mundo acadêmico e o mundo da vida, contribui à participação social em vista aos diferentes públicos. Em virtude dessa percepção, os objetivos da Extensão Universitária foram almeçados como, por exemplo,

- Reafirmar a extensão universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;
- assegurar a relação bidirecional entre a universidade e a sociedade, de tal modo que os problemas sociais urgentes recebam atenção produtiva por parte da universidade; dar prioridade às práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais emergentes como as relacionadas com as áreas de educação, saúde, habitação, produção de alimentos, geração de emprego e ampliação de renda; enfatizar a utilização de tecnologia disponível para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação, aí incluindo a educação continuada e a distância; considerar as atividades voltadas para o desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística como relevantes para a afirmação do caráter nacional e de suas manifestações regionais; criar as condições para a participação da universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para se

constituir em organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas; possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do país (PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2001, p. 9).

Valendo-se dos objetivos à Extensão Universitária, é notória a relação bidimensional entre a universidade e a sociedade. As ações extensionistas estão comprometidas no processo de atendimento às demandas sociais – e não de grupos restritos –, nas diferentes áreas, tais como a educação, saúde, habitação, produção de alimentos, geração de emprego e ampliação de renda. Além disso, as atividades estão voltadas ao desenvolvimento, produção e preservação artístico-cultural do país e manifestações locais e regionais. Nesse sentido, a extensão funciona também como uma espécie de agente fomentador de iniciativas que as comunidades, os municípios, empresas e instituições assumem como prioritárias e fundamentais. É evidente, esse fomento não pode perder ou neutralizar as características específicas dos diferentes públicos-agentes.

Nesse contexto, a comunidade externa é um sujeito-agente participante, isto é, os grupos e movimentos sociais, os municípios e a municipalidade, as comunidades e organizações civis e as próprias empresas são sujeitos e, por isso, estão ligados a ações de extensão como proponentes e colaboradores ou, então, como público-alvo. Além disso, as ações extensionistas podem contribuir para qualificação e formação continuada acadêmica tanto da comunidade interna como a externa. Assim, promover a articulação entre aspectos teóricos e práticos em todas as áreas do conhecimento.

Tomando-se a integração entre universidade e sociedade como espaço de valorização sociocultural, assegurando o compromisso institucional entre os diferentes públicos-agentes na realização de programas, projetos e práticas educativas, consolidando a mutualidade entre a Universidade e seus públicos. O planejamento dessas atividades devem considerar a participação social e a solidariedade. Esses mecanismos têm como função beneficiar o bem comum. Em vista disso, a categoria capital social em Putnam oferece princípios à relação universidade e comunidade. Nesse sentido, a categoria capital social de Putnam é, sem dúvida, uma fonte inspiradora.

A categoria Capital Social: o exemplo italiano aplicado na Fronteira Sul

Robert D. Putnam e seus colaboradores buscam da análise do dispositivo institucional dos governos regionais da Itália, as diferenças regionais entre o sul e o norte do país para definir o “capital social”. Ao todo, foram 20 regiões italianas, salientando o desenvolvimento institucional e o grau de participação cidadã. O estudo reúne as décadas de 1970 e 1980. Com base nas desigualdades entre as regiões norte e sul da Itália, Putnam procura responder à seguinte questão: Por que uma região é mais desenvolvida e há reciprocidade entre as institui-

ções públicas e a comunidade local, enquanto na outra a participação é inoperante na medida em que as desigualdades sociais e econômicas perseveram? Além dessa, há uma segunda questão que intriga Putnam: Quais são as condições necessárias para criar instituições fortes, responsáveis e eficazes? (2006, p. 22). No fundo, o autor busca compreender de que modo as mudanças institucionais influenciam a identidade, o poder e a estratégia dos atores políticos e, ao mesmo tempo, como o desempenho institucional é condicionado pela história das instituições e da própria comunidade local.

Putnam identificou as características do contexto social que exercem maior influência no desempenho institucional. Em outras palavras, ele definiu os indicadores que influenciaram o êxito institucional. No campo teórico, Putnam buscou em Tocqueville⁴ os elementos para fundamentar a análise. No caso, ele salienta a conexão entre os costumes de uma sociedade e suas práticas políticas. Nesse aspecto, ele conclui que “as associações cívicas, por exemplo, reforçam os hábitos do coração, os quais são essenciais às instituições democráticas estáveis e eficazes” (PUTNAM, 2006, p. 27).

No caso italiano, a reforma institucional rompeu com a tradição de governos centralizados. Esse fato ofereceu maior autonomia para as comunidades regionais, evidenciando as diferenças regionais e as práticas dos governos de cada região. O mapeamento permitiu auferir que algumas regiões da Itália são beneficiadas pelos padrões e sistemas dinâmicos de engajamento cívico. No entanto, outras regiões sofrem os efeitos de políticas verticalmente estruturadas, caracterizadas pela fragmentação e o isolamento.

O grau de comprometimento institucional das regiões italianas confirma o intenso contraste entre o norte e o sul daquele país. A questão socioeconômica e os padrões de participação cívica e solidariedade social são significativamente proporcionais ao êxito das próprias instituições. Em relação a isso, o autor diz que:

O pessoal da saúde pública ou os administradores de obras públicas nas regiões do Norte têm à sua disposição todos os recursos de uma das economias mais adiantadas do mundo. Seus colegas do Sul têm que enfrentar os graves problemas do subdesenvolvimento contando com escassa assistência local (PUTNAM, 2006, p. 99).

Essa constatação salienta que a diferença entre o norte e o sul está diretamente relacionada com o grau de protagonismo dos governos regionais. Com essa percepção, a relação de um governo regional responsável e o grau de participação cívica indica não apenas o quanto é cívica a região, mas aponta também a efetividade do seu governo. Por isso, o contexto cívico e os indicadores socioeconômicos fazem parte de uma conjuntura mais ampla de participação ativa, de cooperação mútua e de solidariedade social.

O encadeamento entre o compromisso institucional e comunidade cívica é deveras diferenciado e, por isso, são determinantes na gestão das políticas públicas regionais. O nível de participação e de reciprocidade influencia decisivamente no grau de engajamento cívico e de solidariedade social. Esses elementos foram decisivos na conformação da qualidade de vida

dos cidadãos. Essa é a tese central do autor. Putnam conclui, então, que o legado cívico de cada uma das regiões foi determinado historicamente.

Por isso, Putnam insiste em uma forma de governo democrática e de sua estabilidade e qualidade. Em relação a isso, ele afirma que,

[...] para ter um bom desempenho, uma instituição democrática tem que ser, ao mesmo tempo, sensível e eficaz: sensível às demandas de seu eleitorado e eficaz na utilização de recursos limitados para atender a essas demandas (PUTNAM, 2006, p.25).

Nesse sentido, o papel institucional assume o compromisso de responder às diferentes expectativas dos cidadãos. A conformação de uma instituição democrática reflete suas práticas, suas políticas e a compreensão de seu papel no contexto social, econômico e cultural. Deste modo, não são apenas as iniciativas institucionais que dão impulso à participação cidadã, pois as práticas institucionais são também influenciadas pelo contexto social, isto é, pelo alto grau de participação da comunidade local (através de suas representações e dos canais de comunicação e debates públicos).

A categoria capital social foi um dos aspectos teóricos da dissertação de mestrado. Não se pretende aqui expor todo o tema. Mas apenas salientar alguns aspectos. O principal objetivo está em trazer à tona como as Universidades da Zona e da Fronteira Sul podem enfrentar o desafio de serem atores-sociais no desenvolvimento humano da Região. Por isso, se Putnam entende o capital como o conjunto de redes, normas e nível de confiança, os quais permitem a ação e a colaboração para benefício mútuo (PUTNAM, 2006), é pertinente a pergunta de como, então, as IES dessa região devem agir para consolidar essa dinâmica. Não se trata serem as únicas protagonistas, mas ser também atores. Sem dúvida, se uma comunidade deseja desenvolver o seu capital social, ela precisa convergir para a interconexão entre as aspirações comunitárias e locais com os representantes governamentais. No fundo, deve haver um compromisso mútuo entre as políticas públicas e transformá-las em políticas sociais.

A categoria capital social, proposto por Putnam, parece ser essencial para entender os vínculos entre as instituições e a sociedade e, ainda, na facilitação das ações coordenadas. Ele define capital social implicado com as redes de engajamento cívico e normas, com consequências positivas para a comunidade. Com essa perspectiva, o capital social aparece através das redes de relações, das normas e por meio da confiança recíproca. A categoria não é unidimensional. A sua caracterização ocorre na diversidade de relacionamentos.

Portanto, os indicadores da categoria capital social constituem formas para o incremento de políticas institucionais. Eles auxiliam nas redes de relações horizontais, nos sistemas de participação nas tomadas de decisões e na cooperação mútua. Essa uniformidade institui a integridade das ações das instituições democráticas em parceria com a comunidade. Portanto, o capital social refere-se a recursos que são acumulados e que podem ser utilizados e mantidos para uso futuro. Nesse sentido, os indicadores de capital social no PDI da UNIPAMPA podem

auxiliar na interação sociocultural entre universidade e comunidade local. Em perspectiva das políticas de Extensão Universitária, a Universidade Federal do Pampa instituiu normas para as atividades de extensão. Elas devem constituir-se no elo entre universidade e sociedade de forma a criar mecanismos para identificar demandas ao desenvolvimento local, regional e nacional (UNIPAMPA, 2012). Tal aspecto, ressaltamos na sequência.

O capital social no PDI da UNIPAMPA: interação sociocultural com a comunidade

A Universidade Federal do Pampa foi criada em virtude do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI (2007). O papel da interiorização do acesso ao ensino superior foi de ampliar a oferta de educação superior gratuita e de qualidade e oferecer condições para o desenvolvimento econômico e social e a melhoria da qualidade de vida de diferentes regiões do país. O seu artigo segundo, diz:

A UNIPAMPA terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação multicampi na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul (UNIPAMPA, 2009, p. 4).

A universidade está presente em dez cidades⁵ conhecidas por problemas críticos de desenvolvimento socioeconômico, inclusive de acesso à educação básica e superior. Nessa perspectiva, a instituição está comprometida em fortalecer as potencialidades e contribuir à superação das dificuldades locais e regionais. O desafio é constituir um planejamento que contemple sua organização didático-pedagógica, sua política de ensino, pesquisa e extensão e seu compromisso social com as comunidades.

Dessa forma, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) integra aspectos do capital social. Os indicadores tais como a cooperação e os sistemas de participação são essenciais na realização de programas, projetos e práticas educativas. A geração desses indicadores entre instituições democráticas e comunidades estabelece vínculos para bens públicos.

Nessa direção, as redes sociais e intercâmbios colaboram à cooperação e à solidariedade comunitária. Se, por um lado, o ensino superior é amparado por legislação federal, por outro, a sua inserção social é assegurado pela cooperação e participação para bens comuns. Na linha de Putnam (2006), a confiança mútua se constitui através dos laços de respeito e pelas atitudes dos membros da comunidade. Nessa perspectiva, o PDI de 2009 traçou princípios de apoio com a comunidade acadêmica e as comunidades locais. Dentre os princípios específicos para a extensão, estão:

1. Impacto e transformação: a UNIPAMPA nasce comprometida com a transformação da metade sul do Rio Grande do Sul. Essa diretriz orienta que cada ação da extensão da universidade se proponha a observar a complexidade e a diversidade da realidade dessa região, de forma a contribuir efetivamente para o desenvolvimento sustentável.

2. Interação dialógica: essa diretriz da política nacional orienta para o diálogo entre a universidade e os setores sociais, numa perspectiva de mão-dupla e de troca de saberes. A extensão na UNIPAMPA deve promover o diálogo externo com movimentos sociais, parcerias interinstitucionais, organizações governamentais e privadas. Ao mesmo tempo, deve contribuir para estabelecer um diálogo permanente no ambiente interno da universidade (UNIPAMPA, 2009, p. 37).

Conforme as diretrizes do PDI, o compromisso da UNIPAMPA está em colaborar com a metade sul do Rio Grande do Sul. As orientações propõem o apoio à diversidade regional e ao seu desenvolvimento sustentável. Com base nessa relação, as políticas de Extensão Universitária delineiam mecanismos para assegurar práticas voltadas ao atendimento de necessidades sociais. Assim, a UNIPAMPA reafirma seu papel no novo PDI, cujo período de vigência é de 2014 a 2018:

A gestão, em todas as suas instâncias, deve promover a cooperação interinstitucional nacional e internacional e a aproximação com os atores locais e regionais, visando à constituição de espaços permanentes de diálogo voltados para o desenvolvimento, dando atenção a todos os ambientes que compõem este processo: econômico, político, social, cultural e natural, implicando em mudanças estruturais integradas a um ciclo permanente de progresso do território, da comunidade e dos indivíduos (UNIPAMPA, 2014, p. 24).

Como é possível perceber, a promoção da cooperação significa que a instituição deseja integrar-se tanto internamente como com as comunidades locais. A intenção é valorizar os entre-lugares do conhecimento acadêmico e o conhecimento popular. Dessa forma, a Extensão Universitária expande as noções éticas, científicas, sociais e culturais. Essa percepção estabelece uma troca de saberes sistemáticos, que produzem conhecimento para a realidade brasileira e regional. Como também, democratizam o conhecimento acadêmico e colaboram à participação social.

Como foi ressaltado, o capital social refere-se aos recursos da vida social como, redes de contato, normas e confiança. Diante disso, o relacionamento com os diferentes públicos justifica as políticas com seus diferentes públicos, quer dizer, entre a UNIPAMPA e as comunidades locais.

Os indicadores de capital social em Putnam pressupõe um ato de cidadania. A cooperação e a participação social são formas para gerar capital social em comunidade. O espaço socio-cultural entre UNIPAMPA e comunidade local corresponde à integração de saberes científicos e saberes populares nas contribuições para bens comuns.

Considerações finais

O presente artigo teve o objetivo de discutir a Extensão Universitária como potencialidade

ao desenvolvimento da categoria capital social. Nesse contexto, reconhecemos que a Extensão Universitária integra a relação entre as atividades científicas com a sociedade. Em vista disso, a Extensão Universitária é fonte ao desenvolvimento da categoria capital social, baseado na investigação de Robert D. Putnam. Esse autor fornece princípios ao compromisso institucional e à participação cidadã na interação sociocultural da universidade e a comunidade local.

Em vista disso, a universidade junto com a sociedade delinea os instrumentos de intervenções e atuações comprometidas com a plena emancipação humana. Desse modo, a universidade assume seu compromisso como instituição social. Por esse motivo, a Extensão Universitária se afirma através das práticas acadêmicas e metodológicas, nas sistematizações da interação dialógica entre a universidade e a Sociedade. A integração sociocultural fomenta a expansão da cidadania do ponto de vista ético, social, cultural e territorial.

Valendo-se dessa inter-relação, a categoria capital social em Putnam mostra-se imprescindível na tentativa de indicar formas de convivência humana. O estabelecimento de indicadores constituem formas fundamentais na instituição de coesão social na implementação de programas, projetos e práticas educativas. A implantação dessas atividades considera a resolução de problemas sociais em diferentes áreas, como na educação, na saúde, na habitação, na produção de alimentos, na geração de emprego e na utilização de tecnologia disponível para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade de vida.

Desse modo, a categoria capital social parece indicar princípios à ação coletiva na integração sociocultural entre universidade e sociedade. O desafio é o compromisso mútuo para a interlocução entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento popular. O entre-lugares de tais saberes é desenvolver a participação social, a relação de confiança recíproca e prevalecer, sobretudo, o espírito público.

Por certo, a jovem UNIPAMPA tem muito que aprender. Há muita coisa a ser pensada, até mesmo para evitar cair nos equívocos dos velhos esquemas. Ao mesmo tempo, pode-se afirmar que a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – que foi uma espécie de madrinha da UNIPAMPA – deve também aprofundar a reflexão sobre seu papel e sua dinâmica de inserção social. No caso da UFPel, é deveras sintomático um processo constituinte sem “público externo”. Parece que a sociedade, os movimentos e representações locais não tenham nada a dizer para a Universidade, uma miopia sem precedentes.

Referências

BASTOS, J. P. Alexis Tocqueville (1805 – 1859). 2000. In: **Gabinete de estudos Gonçalo Begonha**. Disponível em: < <http://www.goncalobegonha.org/2000/07/alexis-de-tocqueville.html> >. Acesso em 21 jan. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988 _____. Congresso Nacional. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/leing394.pdf>> Acesso em: 20 de jan. 2015.

_____. Congresso Nacional. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.172-2001?OpenDocument> Acesso em: 20 de jan. de 2015.

_____. Congresso Nacional. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Disponível em: <<http://fne.mec.gov.br/imagens/doc/pne-2014-20241.pdf>> Acesso em: 20 de jan. de 2015.

_____. **Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI**. Diretrizes Gerais. Brasília, agosto de 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>> Acesso em 22 jan. 2015.

FÓRUM NACIONAL DOS PRÓ-REITORES DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS – FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Maio de 2012. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>. Acesso em 20 de jan. de 2015.

LAKATOS, I. **Escritos Filosóficos 2**. Matemáticas, ciencia y epistemología. Madrid; Alianza, 2007.

LAKATOS, I. **Escritos Filosóficos 1**. La metodología de los programas de investigación científica. Madrid: Alianza, 2010.

NOGUEIRA, M. D. P. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

Plano Nacional de Extensão. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Versão atualizada. 2001. Disponível em: <<http://www.portal.ufpa.br/docsege/Planonacionaldeextensaouniversitaria.pdf>>. Acesso em 21 de jan. de 2015.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2009-2013**. 2009. Disponível em: <http://www.unipampa.edu.br/portal/arquivos/PROJETO_INSTITUCIONAL_16_AGO_2009.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2015.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018**. 2014. Disponível em: <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/consuni/files/2010/06/Res.-71_2014-PDI.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2015.

_____. **Resolução Nº 47, de 30 de agosto de 2012**. Institui as normas para as atividades de extensão. Disponível em: <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/consuni/files/2010/06/Res.-47_2012-Normas-de-Extens%C3%A3o.pdf>. Acesso em 21 jan. de 2015.

WEBER, M. **Ensaio sobre a toeira das Ciências Sociais**. São Paulo, Centauro, 2003.

Notas

³ Título Original Ivory Tower, traduzido ao português como “Torre de Marfim. A crise Universitária Norte-Americana”, com direção de Andrew Rossi, Paramount Pictures Corporations, 2014.

⁴ Alexis de Tocqueville (1805–1859) baseou seu pensamento na defesa da ordem e das instituições políticas. Ele relacionou elementos geográfico, históricos, jurídicos e culturais para a compreensão do espírito das sociedades estudadas. Assim, não realizou julgamentos de valor sobre os objetos pesquisados. Suas principais obras são: *Democracia na América*, *O antigo Regime e a Revolução*, *Da colonização da Argélia e Lembranças 1848* (BASTOS, 2000).

⁵ A UNIPAMPA está presente em Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana. Essa Região é conhecida como Fronteira Sul do Rio Grande do Sul.